



## O lixo é limpo mas a gestão precisa melhorar

Com surpresa, li texto de divulgação da Prefeitura, que diz que Santos mais que triplicou os números de reciclagem no município, com avanço de estrondosos 321%. No entanto, quando a Prefeitura anuncia a quantidade de toneladas dos recicláveis recolhidas, ela não fala de materiais efetivamente reciclados. Não se pode confundir uma coisa com a outra.

Resíduo sólido é uma expressão que está presente no dia a dia de todos. Quando compramos um produto com embalagem, simplesmente utilizamos um item até o fim da sua vida útil e geramos resíduo. Ele pode ser consertado, servir para outra finalidade (reuso) ou até ser reciclado.

O rejeito é um tipo específico, quando todas as possibilidades de reaproveitamento ou reciclagem já tiverem sido esgotadas e não houver solução final para o item. As únicas destinações plausíveis são encaminhar ao nosso aterro sanitário que está quase esgotado ou incineração.

E está aí nesta questão o xis da confusão da informação divulgada pela Prefeitura. Enquanto vereador, questionei, no último 10 de dezembro, os volumes de lixo limpo recolhidos e de rejeitos em 2016, 2017 e 2018. Relatório da

Secretaria de Meio Ambiente informou: das 3.765,1 toneladas coletadas, houve rejeito de 1.940,62 toneladas - 51,5% em 2016; 2.087,59 toneladas rejeitadas das 4.562,58 coletadas em 2017, e mais de 2,8 toneladas de rejeitos no ano passado (volume até novembro).

Vamos simplificar o que os números falam: ano após ano, praticamente metade do que se coleta no programa municipal de lixo limpo acaba sendo destinado para o aterro sanitário. Vira lixo sujo, logo não reciclado. Volto a falar para reforçar: coletar material não significa, efetivamente, reciclar o lixo. Os dados que a Prefeitura tem, mas escolheu não tornar público na divulgação da notícia, deixam isso muito claro.

Óbvio que houve avanço com a Lei 952/2016, que instituiu o Programa Recicla Santos em consonância ao Plano Nacional de Resíduos Sólidos e que tornou obrigatória a separação entre resíduos úmidos (orgânicos) e secos (recicláveis). Também criou a figura do grande gerador, que é aquele comércio ou serviço que produz mais de 120 quilos ou 200 litros/dia de resíduos.

O programa é um ganho para a sociedade e resultou, sim, na ampliação do material coletado, mas, sozinho, não é capaz de aumentar a

reciclagem e, portanto, gerar benefício ao meio ambiente. Quando estamos diante de números como os que a Prefeitura anuncia, o munícipe é induzido a acreditar que ela recolheu milhares de toneladas de recicláveis, dando a destinação adequada a eles.

Não entro no mérito da Prefeitura divulgar que recolheu 12 toneladas, quando ela recebeu 6.193 toneladas de lixo limpo em 2018 por meio da coleta seletiva. Grandes geradores e serviços de entidades de catadores movimentaram outras 6.060 toneladas.

O que precisa ficar claro é que ainda existe tanto rejeito porque a população não é orientada a fazer a separação do lixo adequadamente. Também porque há muitas embalagens confeccionadas com matéria-prima que não tem aceitação no mercado das indústrias recicladoras. Quem diz isso é a própria Prefeitura.

Apesar dos avanços do programa, ainda temos problemas de educação ambiental. E a solução deles passa também pela comunicação e a correta divulgação dos dados. Também é preciso melhorar a gestão dos resíduos. Afinal, diminuir os rejeitos significa ampliar a vida útil de nosso aterro sanitário.



## DO LEITOR

### Escola Acácio, final feliz



No meu entendimento, o fato de eu ter entrado com uma denúncia junto ao Ministério Público, solicitando a abertura de um inquérito para apurar as condições de aban-

dono da Escola Acácio, foi crucial para o interesse quase instantâneo da Câmara de Santos em requerer o imóvel para um destinado uso. Eu não sei até que ponto o peso deste inquérito civil aberto está colaborando com essa nova perspectiva de vida para o Acácio e o seu histórico imóvel. De qualquer forma me sinto vitorioso com essa nova possível realidade para a escola, afinal, o que todos nós santistas não queremos é a continuidade daquele abandono. Quero agradecer aos ex-alunos acacianos como eu e a ex-professores. Fiz minha parte como cidadão.

OSMAN ANDRADE - SANTOS

# Dia a Dia

Sandro Thadeu

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

### **Novo horário das sessões da Câmara de Santos em pauta**

O presidente da Câmara de Santos, Rui De Rosis (MDB), afirmou que deverá convocar, em breve, uma reunião com os demais integrantes da Casa para debater a possibilidade de mudar o horário das sessões. Esse assunto foi levantado ontem, após o chefe do Legislativo ter sido questionado pelo vereador Ademir Pestana (PSDB). De Rosis explicou que a necessidade de se discutir essa questão foi motivada pelo fato de a TV Alesp (Assembleia Legislativa) não dar mais prioridade na concessão dos sinais para as câmaras municipais, conforme divulgado na coluna do último sábado. A emissora concordou em ceder o seu sinal para o parlamento santista integralmente às segundas e sextas-feiras, e, ainda, às terças, quartas e quintas-feiras, somente até as 14h30. "Quero saber a opinião de todos os vereadores. Não será uma decisão única e exclusiva da Mesa Diretora", destacou o presidente. A ideia inicial seria transferir as sessões de quinta-feira para o período da manhã.

### **Mais trabalho**

Primeiro vereador inscrito a falar, Sérgio Santana (PL) afirmou que concorda com a proposta de De Rosis e foi além: sugeriu que o Legislativo possa ter uma terceira sessão ordinária na semana.

### **Desabafo**

O presidente da Associação dos Acionistas Minoritários da Codesp, o advogado José Francisco Pacillo, utilizou ontem a Tribuna Cidadã, da Câmara de Santos, para criticar "o conjunto de interesses econômicos fortes, inclusive internacionais" de alguns terminais portuários para boicotar o projeto para a construção da ponte para ligar as margens do Porto de Santos.

### **Hora de lutar**

"Não podemos permitir que interesses privados levem para fora nossos empregos, nossos sonhos, nossa qualidade de vida e tragam a miserabilidade para Santos e para a nossa região", destacou ele, que também reclamou da postura do responsável pela Autoridade Portuária, Casemiro Tércio Carvalho, ao incentivar a vinda de mais cargas de granel ao Município.

### **Fim da linha?**

Sob aplausos, o Legislativo santista aprovou ontem, em segunda discussão, o projeto de lei 22/2019, que proíbe a instalação de cavas subaquáticas no Município. De autoria do vereador Chico Nogueira (PT), a proposta vai à sanção do prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB).

### **De olho no futuro**

O parlamentar petista realiza hoje, às 15h, na Câmara, audiência pública para discutir o novo Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos. A Codesp tem até novembro para entregar a versão final do documento.



### **Nova responsabilidade**

Com apoio das lideranças da direção estadual do MDB, o vereador santista Antonio Carlos Banha Joaquim (foto) assumiu ontem a presidência do diretório municipal da legenda. O cargo vinha sendo ocupado por Antonio Ramos.

### **Fica a dica**

Integrante do Parlamento santista desde 1997, Banha tem o aval dos caciques da sigla para ser candidato ao Executivo no próximo ano. "Nas próximas eleições, acredito que os vitoriosos serão aqueles com perfil pacificador. Está muito difícil reunir todos na mesa para discutir ideias. Política se faz com propostas, transparência e participação popular", justificou.



## CONTRA PONTO

Por Carlos Ratton e colaboradores



IVAR BUEVO/OLHÁRIO DO LITORAL

**Zequinha e o semáforo.** O vereador Zequinha Teixeira (PSD) não aguenta o número de mensagens e questionamentos que vem recebendo sobre o sistema de semáforos de Santos e, em função disso, vem indagando a CET sobre semáforos apagados e/ou intermitentes, especialmente nos dias de chuva. Para ilustrar, ele informa que no mês de março, ocorreu 52 ocorrências de semáforos apagados e 169 de equipamentos intermitentes. Embora os reparos sejam realizados rapidamente, Zequinha considera excessivo o número registrado de falhas nestes equipamentos.

**Sem energia.** A CET respondeu o requerimento informando que as causas são situações decorrentes de falta de energia, seja por desligamento programado ou por situações emergenciais motivadas por acidentes envolvendo abalroamentos dos equipamentos semaforicos, ventanias, "picos" de tensão/descargas na rede elétrica, rompimento ou furtos de cabos semaforicos.

**Furtos.** O parlamentar alerta que furtos de fios e cabos dos equipamentos são altos. De setembro de 2018 até abril de 2019, foram registradas 46 ocorrências. Importante que, em caso alguém presencie atitudes suspeitas, acione a Guarda-Municipal (153) ou Polícia Militar (190). "Santos possui 409 cruzamentos semaforizados, todos em LED. Esperamos e cobramos por melhorias que, ao menos, diminuam estes problemas. Segurança é fundamental", explica Zequinha.

**Sadao e a Balsa.** Um projeto de lei complementar apresentado na Câmara de Santos, pelo vereador Sadao Nakai (PSDB) pretende organizar o trecho do sistema viário municipal da Ponta da Praia ocupado pelo serviço de balsas e cobrar da Dersa o uso da Avenida Almirante Saldanha da Gama, entre o Canal 7 e o local de embarque, que hoje fica exclusivo para a fila.

**Retorno.** De acordo com a proposta, também será garantida passagem e retorno de veículos que não vão atravessar, na faixa de rolamento à esquerda da pista. O projeto prevê a autorização do uso da Avenida Almirante Saldanha da Gama, entre a Rua Antonio Guenaga e o acesso para a área de embarque nas balsas, para atendimento da fila de veículos que fazem a travessia. Tudo isso mediante o pagamento pela Dersa de preço público pelo uso do viário municipal. O recurso arrecadado será revertido ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (Fundurb) para ser aplicado em mobilidade urbana.

## Câmara discute Porto hoje

» O Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto de Santos será discutido com a comunidade portuária, sindicatos e autoridades hoje, às 15 horas, no auditório Zeny de Sá Goulart, na Câmara Municipal de Santos. A audiência pública solicitada pelo vereador Chico Nogueira (PT), presidente da Comissão de Assuntos Portuários e Marítimos da Câmara.

O encontro visa analisar o documento, composto de diagnóstico, plano operacional e zoneamento de áreas, antes que seja encaminhado, oficialmente, à Secretaria Nacional dos Portos para aprovação. A Companhia Docas do estado de São Paulo (COdesp) tem até o mês de novembro para a entrega da versão final do documento. (DL)